



REQUERIMENTO Número /x ( .ª)

PERGUNTA Número 192 /x ( 4.ª)

Expeça-se

Publique-se

9 1 X 1 2008

O Secretário da Mesa

Fernando Sá da Costa

Assunto: **Dissolução dos órgãos da Escola Secundária de Monserrate (Viana do Castelo)**

Destinatário: **Ministério da Educação**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

Chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar uma situação que, a confirmar-se, é um exemplo claro da instabilidade criada nas escolas portuguesas pela aplicação do novo regime de gestão imposto pelo Governo.

A situação em causa resulta do pedido de demissão do Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Monserrate, aparentemente justificado por razões pessoais mas na realidade motivado pelo resultado – pelo que se sabe bem adverso - das eleições para o Conselho Geral Transitório.

O pedido foi aceite pela Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) que tomou igualmente a decisão de dissolver todos os órgãos da escola.

Esta decisão da DREN, para além de extravasar todas as possibilidades previstas no novo regime de gestão aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, confirma que este Governo convive mal com a democracia nas escolas, recorrendo a todo o tipo de expedientes quando não consegue controlar directamente os responsáveis pela sua gestão.

Entretanto, a Comissão Administrativa Provisória, nomeada pela Direcção Regional do Norte e presidida pelo Presidente do Conselho Executivo demissionário – o que torna bem evidente a falta de sustentação das "razões pessoais" - terá procedido a destituições e nomeações de membros do Conselho Pedagógico, criando uma situação de verdadeira instabilidade e perturbação do normal funcionamento da escola em questão.

*Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., ao Ministério da Educação, o seguinte:*

1. Confirma o Governo a situação acima descrita?



2. Como justifica o Governo a decisão tomada pela DREN de dissolver todos os órgãos de gestão da escola?
3. Que enquadramento legal encontra o Governo para a decisão acima referida?
4. Como justifica o Governo esta situação e que medidas pretende tomar para ultrapassar as dificuldades criadas?

Palácio de S. Bento, 08 de Outubro de 2008

Os Deputados,

João Oliveira

Miguel Tiago

Honório Novo